EDITAL DE DISCRIMINAÇÃO DE TERRA DEVOLUTA
PROCESSO Nº 23188030 Gleba A

Os Membros da Comissão Especial Permanente de Discriminatória - CEPD, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 7º da Lei 9769, de 28 de dezembro de 2011, regulamentada pela Instrução Normativa nº 006, de 30 de Setembro de 2013, FAZEM SABER, aos que do presente Edital vierem a tomar conhecimento ou dele tiverem notícias, que está sendo requerida por **PARÓQUIA EVANGÉLICA LUTERANA CRISTO DE SANTA MARIA JETIBÁ - GLEBA A**, brasileiro, , , inscrito e no CPF sob o n.º CNPJ 27.744.754/001-02, domiciliado no local denominado Av Frederico Grulke, Distrito de Sede, Município de Santa Maria de Jetibá/ES, a legitimação de uma área de terras presumidamente devoluta localizada no Estado do Espírito Santo, com limites e demais características assim descritas: **UMA PROPRIEDADE RURAL MEDINDO 114.607,42 m² (CENTO E QUATORZE MIL, SEISCENTOS E SETE METROS QUADRADOS E QUARENTA E DOIS DECÍMETROS QUADRADOS) situada no lugar denominado Gleba A - São Luiz, de coordenadas UTM E: 316.000 m; N: 7.788.000 m, fuso 24K, Datum SIRGAS2000, Distrito de Sede, Município de Santa Maria Jetibá/ES, limitando-se: a Norte com: Henrique Carlos Frederico Berger e Alfredo Berger; a Sul com Estrada Municipal; a Este com Rodolpho Alberto Augusto Beling e a Oeste com Evaldo Eggert,** tudo conforme memorial descritivo georreferenciado no processo em epígrafe que se encontra à disposição dos interessados na Comissão Especial Permanente de Discriminatória localizada na Rua Desembargador José Fortunato Ribeiro, nº 95, Bairro Mata da Praia, Vitória/ES, CEP: 29066-070. E convida os confinantes ou quem se julgar prejudicado e ainda a quaisquer interessados no pedido de **aquisição de área por legitimação junto ao Estado do Espírito Santo**, a apresentar suas impugnações, embargos ou suscitações de dúvidas por escrito a esta Comissão, na sede desta Autarquia dentro do prazo de 15 (quinze) dias da data de publicação do presente, findo o qual não serão mais aceitas impugnações, e a área será declarada devoluta, cumprindo os requisitos contidos na Lei 9.769, de 28 de dezembro de 2011, esta será regularizada em nome do requerente, caso contrário, havendo interesse, será feita a matrícula ou registro em nome do Estado do Espírito Santo. E, para que não se alegue ignorância, vai este publicado em jornal de circulação estadual, na sede do Escritório Local onde se situa o imóvel, na sede da Autarquia e no sítio eletrônico do IDAF (www.idaf.es.gov.br).

Vitória, 06 de março de 2020